



PROGRAMA PARA RENOVAR O CONTRATO ENERGÉTICO

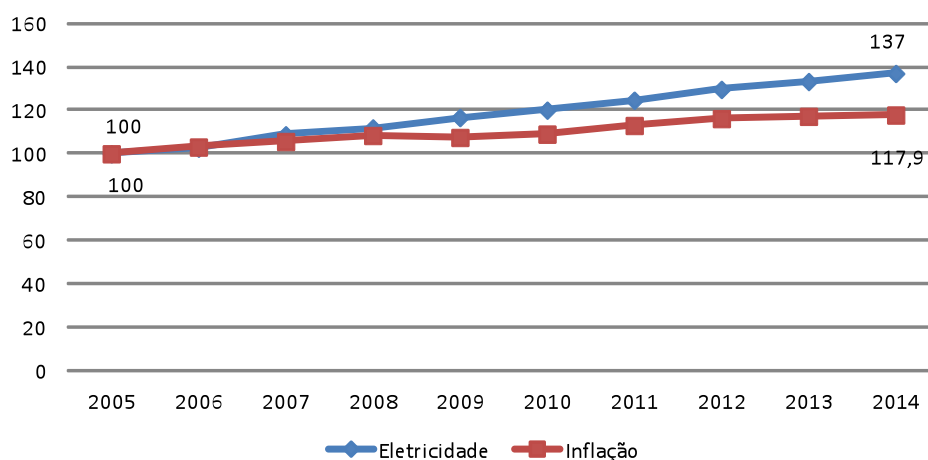
Pagar menos pela energia, resgatar a economia

Iluminação, aquecimento e eletricidade são condições essenciais para a possibilidade de uma existência digna, com um mínimo de conforto, negado a um conjunto cada vez mais alargado de famílias. Segundo a DECO, o número de famílias incapazes de pagar a conta da luz e gás aumentou 15% e 20%, respetivamente. A Coordenadora do gabinete de Apoio ao sobre-endividado alerta ainda que os "descontos das tarifas sociais são tão irrisórios que acabam por não ter efeito".

O problema do acesso à energia assume hoje um carácter de urgência social em Portugal. O aumento dos preços em 32% desde a entrada da Troika em Portugal agravou essa urgência. Com efeito, e feitas as contas, nos dois anos e meio de governação PSD/CDS, uma fatura mensal média de €45 passou a custar 60€.

A eletricidade para uso doméstico em Portugal é das mais caras da Europa mas, apesar disso, o Estado e os consumidores devem ainda 4400 milhões de euros às empresas de energia, relativos ao défice tarifário. E é este mesmo défice que, diz o Governo, justifica um novo aumento de 2,8% dos preços para 2014 - três vezes acima do valor esperado para a inflação.

ÍNDICE EVOLUÇÃO
PREÇOS
SEM IMPOSTOS



O problema do acesso à energia assume hoje um carácter de urgência social em Portugal. O aumento dos preços em 32% desde a entrada da Troika em Portugal agravou essa urgência. Com efeito, e feitas as contas, nos dois anos e meio de governação PSD/CDS, uma fatura mensal média de €45 passou a custar 60€.

A eletricidade para uso doméstico em Portugal é das mais caras da Europa mas, apesar disso, o Estado e os consumidores devem ainda 4400 milhões de euros às empresas de energia, relativos ao défice tarifário. E é este mesmo défice que, diz o Governo, justifica um novo aumento de 2,8% dos preços para 2014 - três vezes acima do valor esperado para a inflação.

O mesmo se aplica à produção industrial, que enfrenta um dos maiores preços da eletricidade a nível europeu, com consequências para a sua capacidade exportadora:

Indiferentes à situação de emergência social vivida no país, as grandes empresas do setor continuam a lucrar, com a cumplicidade ativa do Governo. Só no caso da EDP, foram mais de 8000 milhões de lucro nos últimos 7 anos.

Este é a crueza das consequências de uma política radical de liberalização. O Estado abdicou de garantir o acesso a um bem público essencial, da mesma forma que abdicou do controle estratégico de um setor altamente lucrativo. Aquilo que ontem dava lucro, hoje contribui para o aumento da dívida. Aquilo que devia ser uma garantia de bem-estar, hoje é uma impossibilidade para uma parte significativa dos rendimentos dos portugueses.

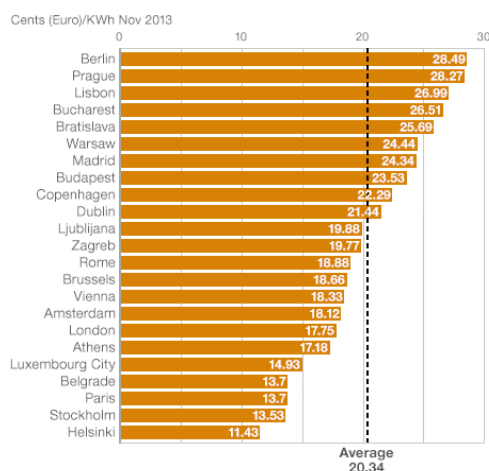
O plano que o Bloco de Esquerda apresenta pretende abrir um debate sério sobre um sector crucial para o desenvolvimento económico do país, e dar passos no sentido certo: o da redução das rendas e controlo excessivo das multinacionais da energia em favor de uma política energética mais sustentável, para o ambiente e para as famílias.

O défice tarifário é uma ficção

A eletricidade é a fonte de energia mais utilizada nos lares portugueses. O mercado da eletricidade é igualmente um dos mais protegidos, onde operam poucas empresas com enormes taxas de rentabilidade. Nas suas atividades reguladas, a EDP, a REN, a EEM e a EDA têm taxas de rentabilidade, fixadas pela Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE), de 9%. Nas atividades não reguladas, em particular na produção, as taxas são superiores.

Apesar das elevadas taxas de lucratividade do setor, surgiu, a partir de 2006, uma poderosa campanha em torno da ideia de défice tarifário. Tendo a EDP como principal protagonista, as empresas começaram a reivindicar serem compensadas pela hipotética

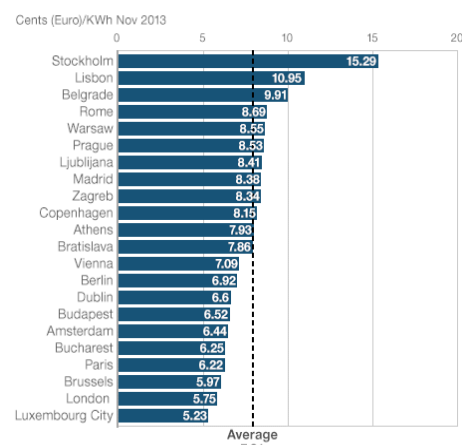
Residential electricity prices including taxes



Prices are shown on a Purchasing Power Standards basis, which strips out the impact of exchange rates, giving a more accurate comparison of prices.

Source: HEPI by Energie-Control Austria, MEKH, VaasaETT

Residential gas prices including taxes



Prices are shown on a Purchasing Power Standards basis, which strips out the impact of exchange rates, giving a more accurate comparison of prices.

Source: HEPI by Energie-Control Austria, MEKH, VaasaETT

perda de lucros decorrente da diferença entre o preço de venda e o custo de produção.

O défice tarifário é uma construção, utilizada para justificar sucessivos aumentos dos preços da eletricidade, muito para além da inflação. Mesmo excluindo o aumento do IVA de 6% para 23%, entre 2006 e 2013 os preços aumentaram 37%. Enquanto isso, a inflação acumulada foi de 17,3%. **Segundo o Eurostat, desde que o Governo PSD/CDS tomou posse, os preços sem impostos cresceram 19%.**

Apesar disto, segundo a ERSE, os portugueses deviam, no final de 2013, 3700 milhões de euros às empresas de eletricidade. No final de 2014, apesar da proposta de aumento do preço em 2,8% no primeiro trimestre, quase três vezes o valor da inflação, o montante do défice tarifário será de 4400 milhões.

No Estado Espanhol, o Supremo Tribunal decidiu responsabilizar as empresas elétricas pelo défice tarifário, que ascende a 26 mil milhões, eliminando a garantia pública de que beneficiavam.

A EDP, multinacional detida pelo Estado Chinês, que reclama o direito ao défice tarifário por alegados prejuízos obtidos na sua atividade, acumulou 8000 milhões de euros de lucros entre 2006 e 2013. Nos últimos dez anos, os dividendos distribuídos pela empresa aumentaram 205% por ação¹.

Os lucros dos grandes grupos elétricos provêm diretamente dos preços praticados no mercado, regulado ou não, mas não só. Porque operam e controlam um setor estratégico, beneficiam de um conjunto de mecanismos, decididos administrativamente, que inflacionam os seus lucros e reduzem o risco de atividade para zero. Estes mecanismos estão desenhados para garantir que, **apesar da liberalização do mercado, estas empresas nunca perdem o nível de rentabilidade que tinham quando eram monopolistas.** O Estado abdicou dos seus lucros e agora paga para garantir os lucros de meia dúzia de multinacionais privadas.

O Bloco de Esquerda rejeita a ideia do défice tarifário. Cabe ao Estado regular e gerir o setor, garantir a sua sustentabilidade no longo prazo, bem como o acesso de todos os cidadãos a um bem que deve ser público e universal; e não assegurar as rendas milionárias de algumas multinacionais, endividando os consumidores.

Os CIEG são rendas às multinacionais

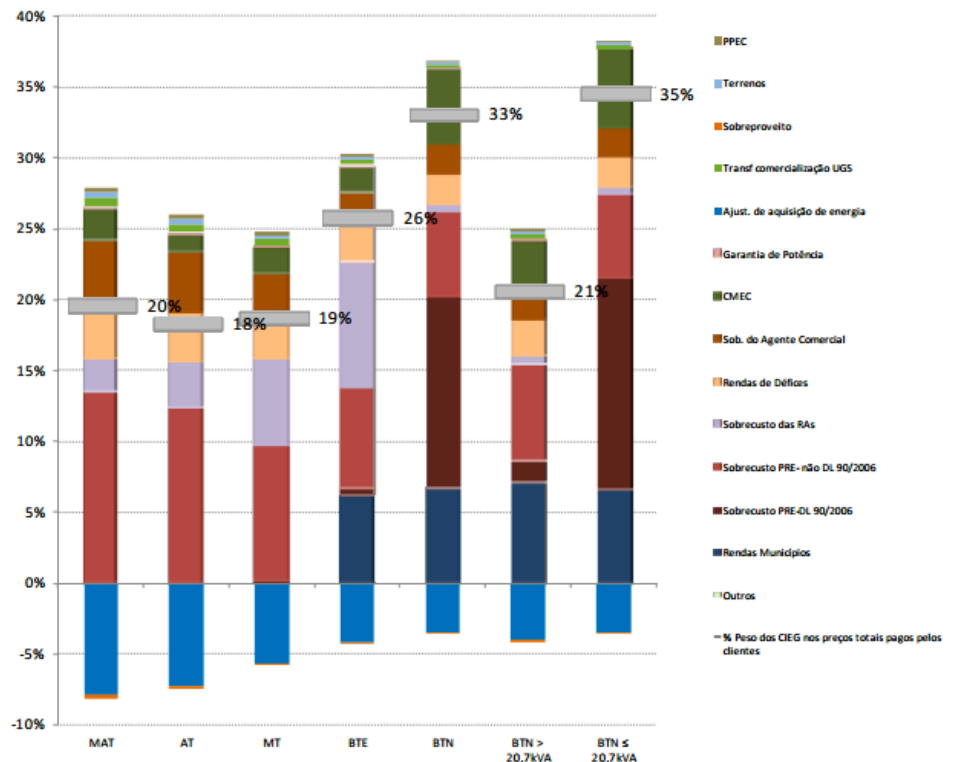
De acordo com a ERSE, 35% da fatura paga pelos consumidores domésticos em 2014 será relativa a Custos de Interesse Económico Geral (CIEG). Se acrescentarmos os sobrecustos, adiados para os próximos anos, esta percentagem passa para 42%. Em 1999 era de 5%.

As rendas pagas às elétricas dividem-se em quatro tipos principais: Contratos de Aquisição de Energia (CAE), Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), e custos associados à Produção em Regime Especial (PRE), que inclui a cogeração e incentivos à produção de energias renováveis.

Os CAE foram introduzidos pelo Decreto-lei n.º 182/95, de 27 de Julho, para preparar a entrada dos privados no setor. Os produtores comprometiam-se a abastecer exclusivamente a rede nacional de transporte (RNT) e em troca receberiam uma remuneração mista, composta por custos fixos (encargos de potência) e encargos variáveis de produção de energia.

1 - <http://www.edp.pt/pt/investidores/dividendos/Pages/Dividends.aspx>

IMPACTO DOS
CIEG NOS PREÇOS
TOTAIS PAGOS
PELOS CLIENTES



Os contratos CAE foram celebrados com vista à privatização do sector. Sabendo de antemão que os privados não garantiriam o nível necessário de investimento na rede (sem aumentar os preços para níveis inoportáveis), foi necessário assegurar níveis de rentabilidade “atractivos” a risco nulo. Desta forma, os privados vendiam energia a preço e quantidades garantidas.

Mais tarde, em 2003, foi necessário preparar a liberalização do sector. As novas centrais já não beneficiariam de CAE e deveriam (em teoria) correr os riscos normais de mercado. As centrais construídas antes de 2003 podiam optar por se manter no regime CAE ou mudar para os CMEC. Neste ultimo regime, os produtores simulam o funcionamento do mercado livre, mas são compensados pela cessação dos CAE: o Estado compensa-os no caso de a rentabilidade de mercado ser inferior ao determinado através da actualização dos *cash flows* futuros dos CAE.

Na última década a estrutura da produção de energia mudou radicalmente em Portugal. As centrais térmicas deixaram de ser as principais fontes de energia, passando a fazer o *back up* da produção de renováveis. **Na prática, os CAE e CMEC estão a remunerar centrais pouco utilizadas, e uma produção “fictícia” acima dos preços atualmente praticados.** O mercado da energia em Portugal não funcionaria se não fosse pelo subsídio direto do Estado aos gigantes privados.

As centrais da EDP optaram pelos CMEC. Para além da sua participação nas centrais acima mencionadas, a EDP recebeu 441,5 milhões de euros por estas centrais ao abrigo dos CMEC, celebrados no tempo em que Pedro Santana Lopes era primeiro-ministro e António Mexia, presidente-executivo da EDP, era ministro das Obras Públicas.

Os CMEC são contratos de longa duração, que vigorarão até 2027, com uma revisão prevista em 2016/17. Esta transição dos CAE para os CMEC configura um «grave e ilegítimo aumento de custos a suportar pelos consumidores», penalizando «os

consumidores de menores rendimentos». «De facto, ao permitir uma arbitrária titularização dos custos, imputando-os diretamente aos consumidores, e criando mais-valias sobre o investimento dos produtores, veio este diploma permitir aos produtores receber, antecipadamente, com os CMEC, valores bastante superiores aos que aufeririam com os CAE, transferindo encargos de então para o futuro, gerando incerteza quanto à sua própria sustentabilidade financeira do setor».

Tarifas e Preços para Eletricidade e outros serviços em 2014, ERSE

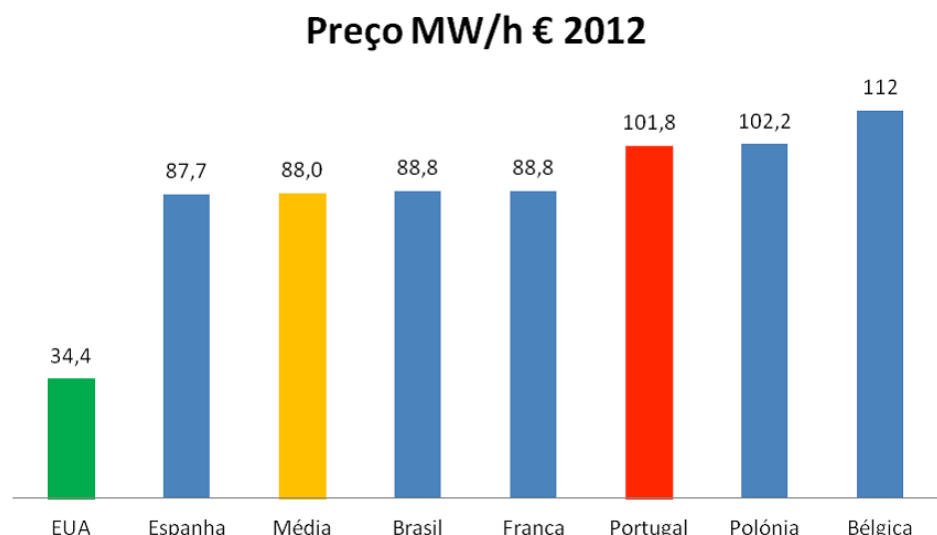
O regime de cogeração visa garantir a compra da eletricidade que é produzida aproveitando o calor gerado no processo industrial por algumas empresas. Embora, em teoria, faça sentido promover o aproveitamento da energia gerada de forma secundária por processos produtivos, persistem alguns problemas.

Se, por um lado, temos algumas empresas a venderem à rede a energia produzida através da sua atividade principal, por outro temos um sem número de agentes que se dedicam apenas a produzir este tipo de energia, garantindo preços de remuneração inflacionados relativamente a outras formas de produção de energia. Os custos com a aquisição de energia proveniente da cogeração ascenderam a 428 milhões de euros em 2013, incluindo o pagamento de créditos referentes a anos anteriores agora na posse do BCP. A cogeração subsidiada é essencialmente em fontes “não renovável”.

No lugar da garantia de potência, o regime de cogeração deveria ter sido incentivado pelo financiamento – às pequenas fábricas e unidades de produção - dos equipamentos necessários ao aproveitamento de energia. Não tendo sido essa a opção política, **é urgente acabar com a fraude no sector e garantir, como manifestado pela DECO, “que o auto-consumo de energia produzida pelo cogrador seja uma obrigação, podendo este vender apenas à rede a energia excedente não consumida”.**

O país deve continuar a investir fortemente neste setor. O Bloco de Esquerda considera prioritário o investimento em tecnologias e fontes de energia renovável, sendo essencial o Estado apoderar-se desta mais-valia, em vez de a entregar aos privados. **O que não faz sentido é Portugal continuar a pagar, pelo mesmo valor energético, valores muito acima aos cobrados pela EDP nos restantes países onde opera.**

QUADRO: VALOR MÉDIO PAGO PELO MW DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NOS PAÍSES ONDE A EDP TEM OPERAÇÕES.



Imagine-se o exemplo da EDP, a quem o estado garante a compra, acima do valor de mercado, da energia eólica produzida mas não utilizada no país. Essa energia é depois entregue à EDP, a custo zero, para que possa garantir o funcionamento dos mecanismos de retroalimentação das barragens detidas pela EDP. A energia hidrelétrica produzida desta forma é depois vendida à rede, mais uma vez, com garantia de compra a preços subsidiados. **Porque domina o sector e detém o controle das grandes infraestruturas, a EDP ganha triplamente neste processo** que, por si só, já tem condições de autonomia e lucratividade. Em contrapartida, o défice tarifário futuro aumenta.

Não se colocando em causa a sua existência, o facto é que os incentivos concedidos a esta tecnologia estão desajustados. A tecnologia garante hoje lucros aos seus proprietários em mais de dois terços do tempo útil de vida dos investimentos.

A necessidade de alargamento da produção de renováveis deve assentar em investimento público, e não em rendas eternas aos privados. Paralelamente, é necessário reduzir drasticamente a produção de energia a partir de fontes não-renováveis, e inverter a sobrevalorização da opção pelo aumento da produção em desfavor da componente de melhoria da eficiência energética.

O mercado liberalizado prejudica os consumidores

Ao mesmo tempo que afirma estar a atacar as rendas excessivas na eletricidade, o Governo promove a transição para o mercado liberalizado através de um aumento trimestral dos preços no mercado regulado.

O Governo garante ter cortado 2 mil milhões de euros nas rendas da energia até 2020. No entanto, a anulação das rendas de garantia de potência foi efetuada apenas até ao final da intervenção da troika, isto é, até ao final de 2014. **Quanto à cogeração, o Governo afirma ter alcançado uma poupança de 996 milhões de euros, apesar de não ter apresentado qualquer documento comprovativo desse corte.** Finalmente, o 'feroz' ataque aos CMEC afetará apenas 1% da rentabilidade da EDP, tal como a empresa realçou em comunicado destinado a sossegar os seus acionistas². Nos CAE's não se tocou.

Feitas as contas, a EDP sofrerá um corte de 1%, enquanto as famílias terão de suportar o aumento de 25% do preço que pagam pela eletricidade à EDP.

No Orçamento do Estado para 2014, o Governo criou um novo imposto sobre as empresas de energia, no valor de 150 milhões de euros. Mas veja-se:

a) As empresas em questão, do gás à eletricidade, passando pelo petróleo, registam lucros anuais superiores a dois mil milhões de euros.

b) Do montante arrecadado, 50 milhões de euros serão devolvidos às empresas de eletricidade através do pagamento da dívida tarifária;

c) uma parte significativa dos restantes 100 milhões de euros serão devolvidos através da redução da taxa de IRC de 25% para 23% e das outras reformas, tais como a isenção de taxação na distribuição de dividendos aos acionistas com participações superiores a 5%. Tira-se com uma mão para entregar com a outra.

Por outro lado, a **redução dos custos associados ao CIEG** sistematicamente anunciada pelo governo **não implica, em caso algum, cortes nas rendas das energéticas, mas sim o seu “alisamento”**: **redução dos pagamentos agora em troca do prolongamento dos contratos no tempo**. Todos os contratos são sagrados para o Governo, menos os que garantem o direito ao salário e pensões. Esses são letra morta.

Como pano de fundo, o Governo abre as portas de um mercado totalmente desregulado na energia às grandes multinacionais. Todos os trimestres o preço da energia será aumentado para empurrar os consumidores para o mercado liberalizado. No final de 2015 a transição será obrigatória.

Tal como verificado nos combustíveis, as características do sector da produção e comercialização de eletricidade permitem antever um aumento do poder e lucratividade dos grandes *players* de mercado, à custa da manutenção de preços elevados.

Com a experiência nacional e internacional, é hoje fácil demonstrar como a liberalização de setores como os da energia e combustíveis penaliza quer o Estado quer os próprios consumidores, servindo apenas para garantir elevadas rendas aos operadores privados.

PROPOSTAS PARA REDUZIR O PREÇO DA ELETRICIDADE

Para acabar com o abuso, o Bloco de Esquerda propõe um conjunto de medidas para limitar as rendas ao privado e reduzir substancialmente o preço da eletricidade em Portugal:

1 – **Anulação da dívida tarifária**, ilegítima, por forma a impedir a transferência de 4,4 mil milhões de euros das famílias às multinacionais elétricas;

2 – A anulação da dívida tarifária implica a alteração dos seguintes regimes (geradores dos CIEG), com impactos na fatura da energia a partir já de 2014:

- a) Cessaçã dos contratos CAE e CMEC: 397.4 milhões de euros em 2014;
- b) Fim do regime de garantia de potência: 2,7 milhões de euros em 2014
- c) Transferência para as empresas privadas do sector elétrico os sobrecustos com a convergência tarifária nas regiões autónomas: 158,7 milhões de euros em 2014

3 – Redução em 50% dos custos associados ao PRE:

- a) Limitação dos incentivos à “verdadeira” cogeração: 379 milhões de euros em 2014;
- b) Redução em 50% do sobrecusto associados ao incentivo às energias renováveis através da suspensão dos incentivos à produção hídrica e da renegociação dos preços dos restantes mecanismos de produção, de forma a aproximá-los do valor médio de referência: 377 milhões de euros em 2014

4 – Redução do IVA na eletricidade de 23% para 6%, garantindo uma redução imediata de 17% do valor da fatura.

No conjunto, estas medidas significam, já em 2014, a redução dos CIEG em 60%. Uma vez que estes equivalem a 35% da fatura doméstica de eletricidade, **o impacto esperado é de uma redução de 21% no preço final da eletricidade**. Se a esta redução **for somada a descida do IVA, os clientes domésticos verão a sua fatura reduzir-se em cerca de 38% do valor atual**.

No caso dos clientes industriais e das empresas com potências superiores, a redução ficará sempre acima dos 10%, relativamente à fatura final.

No médio e longo prazo, a eliminação dos CMEC e CAE, a renegociação do regime PER e a anulação do défice tarifário, bem como dos encargos financeiros a ele associados, garantirá a manutenção dos preços da eletricidade a níveis sustentáveis, determinados pela inflação.